



Relatório e Contas

EuroBIC Brasil Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto

Fundo de Investimento Alternativo Aberto

30 de junho de 2018

Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Sede: Largo Duque Cadaval, nº 17 – 1º Andar, fração J, 1200-160 Lisboa

Telefone: +351 214 200 530 • Fax: +351 214 200 559

Capital Social: 1.206.000 euros

Número único de registo e de pessoa coletiva: 506 292 622

www.dunascap.com

www.eurobic.pt

1. CARACTERIZAÇÃO DO FUNDO

1.1. HISTORIAL E OBJETIVO DO FUNDO

Até 27 de julho de 2017 a denominação do fundo foi "Banco BIC-Brasil - Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto" a qual nesta data, após deliberação do Conselho de Administração da CMVM, foi alterada passando a denominar-se "EuroBic Brasil – Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto", adiante designado por "Fundo".

O Fundo constituiu-se como um Fundo Especial de Investimento Aberto, não harmonizado, tendo desde o dia 9 de setembro de 2013 assumido a forma de Fundo de Investimento Alternativo Aberto nos termos do nº 2 do artº 2º do Regulamento da CMVM nº 5/2013.

A sua constituição foi autorizada, por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 4 de agosto de 2011, por tempo indeterminado, tendo iniciado a sua atividade em 30 de agosto de 2011.

O Fundo é administrado pela Dunas Capital – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. ("sociedade gestora") e a entidade depositária dos valores mobiliários é o Banco BIC Português, S.A. ("depositário").

As entidades comercializadoras são a Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A., na sua sede no Largo Duque de Cadaval nº 17 – 1º andar, fração J em Lisboa, o depositário, Banco BIC Português S.A., na sua sede na Av. António Augusto Aguiar, 132 em Lisboa, bem como nos seus balcões e centros de empresa, o Best – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A., nos Centros de Investimento BEST que são agências do Banco BEST e através dos canais de comercialização à distância: por Internet através do sítio www.bancobest.pt e por serviço telefónico 707 246 707 e o Banco Invest, S.A., na sua sede na Av. Engº Duarte Pacheco, Torre 1, 11º andar, em Lisboa, através dos seus balcões e através do site www.bancoinvest.pt, para os clientes que tenham aderido a este serviço.

A gestão da carteira de ativos do Fundo foi, inicialmente, subcontratada pela sociedade gestora à BRZ Investimentos Ltda., que é uma sociedade constituída de acordo com a legislação brasileira e tem sede na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr. 758 conj. 52, São Paulo, tendo cessado o contrato com esta entidade em 28 de fevereiro de 2018.

A partir de 1 de março de 2018, a gestão da carteira de ativos do Fundo foi subcontratada pela sociedade à Tagus Investimentos Ltda. Que é uma sociedade constituída de acordo com a legislação brasileira e tem sede na Praia de Botafogo, 300 – Botafogo, Rio de Janeiro.

Os serviços de gestão de carteira subcontratados consubstanciam-se, principalmente, na escolha dos ativos que compõem o património do Fundo.

O Fundo tem como principal objetivo proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira de ativos do mercado brasileiro, quer de rendimento fixo, quer de rendimento variável, com predominância para os ativos de rendimento fixo. Assim, os principais ativos serão obrigações e outros títulos de dívida emitidos por empresas brasileiras e títulos de dívida emitidos pelo Tesouro Nacional Brasileiro.

A moeda de referência do Fundo é o dólar dos Estados Unidos.

1.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo investe em obrigações e títulos de dívida de empresas brasileiras e do Tesouro Nacional Brasileiro, podendo, contudo, haver um investimento até 30% do valor líquido global do Fundo em ações ou valores mobiliários similares.

Poderão ser realizados investimentos no mercado brasileiro ou fora do mercado brasileiro, mas com exposição ao mesmo, através de obrigações, *american depositary receipts* (ADR's) e *exchange trade funds* (ETF's).

Apesar da moeda de referência do Fundo ser o dólar americano, os ativos podem ser adquiridos nessa moeda ou em reais ou em euros.

A política de investimento do Fundo será orientada de forma a assegurar, direta ou indiretamente, a manutenção, em permanência, de pelo menos dois terços do valor líquido global do Fundo aplicado em instrumentos do mercado monetário, títulos de dívida pública e privada, títulos de participação e unidades de participação de outros OIC, OEI e ETF's.

A sociedade gestora poderá efetuar cobertura de risco cambial quando entender oportuno.

O Fundo não privilegia, em termos de investimento, setores econômicos específicos.

A política de investimento mantém-se inalterada desde a constituição do Fundo.

1.3. PERFIL DO INVESTIDOR

O Fundo destina-se a investidores com tolerância ao risco que assumam uma perspectiva de valorização do seu capital no médio/longo prazo e, como tal, estejam na disposição de imobilizar as suas poupanças por um período mínimo recomendado de 3 anos.

1.4. BENCHMARK (PARÂMETRO DE REFERÊNCIA)

O Fundo tem como *benchmark* a *US Dollar Libor 6 Meses + 3,00%*.

A taxa Libor 6 meses é a taxa de juro de referência para o dólar norte-americano utilizada nos mercados financeiros e reconhecida como representativa das condições de mercado, fixada diariamente para o prazo de 6 meses.

1.5. POLÍTICA DE EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES E TRANSMISSÃO DE ORDENS

A sociedade gestora encontra-se sujeita ao dever de assegurar as melhores condições na execução de todas as operações, tomando sempre em consideração todos os fatores considerados relevantes para se assegurar o melhor resultado possível para o Fundo.

1.6. VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os ativos encontram-se valorizados de acordo com as regras de valorimetria estabelecidas no ponto 3.2. do Capítulo II do prospecto do Fundo, as quais se encontram descritas na Nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

1.7. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

As condições de investimento em vigor são as que seguidamente se apresentam:

Condições de Investimento em 30 de junho de 2018

Subscrição inicial	1500 USD	Prazo Liq. Subscrição	D+1
Investimentos adicionais	100 USD	Prazo Liq. Resgate	D+3

Comissões

Subscrição	0%	Gestão Fixa	1%
Resgate	até 180 dias - 1%	Variável	*
	após 180 dias - 0%	Depositário	0,20%

* 20% a incidir sobre a valorização positiva do Fundo face ao benchmark com high water mark, ou seja, quando a rentabilidade do Fundo exceda na data do seu aniversário, a US Dollar Libor 6 Meses+ 3,00% em cada ano após a constituição do Fundo.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DO FUNDO

2.1. ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO – PRINCIPAIS TEMAS

Estados Unidos

O primeiro semestre de 2018, nos EUA, foi marcado por indicações mais claras dos futuros movimentos altistas e corretivos da taxa de juro americana com vista à normalização da sua política monetária.

Cabe salientar que aproxima-se o fim da experiência económica do *quantitative easing* num ambiente de inflação recorrentemente baixa, porém com taxa de desemprego inferior a 4%, de modo que a nova administração do FED, sob o comando de J. Powell, já começa a posicionar-se de modo preventivo sobre o tema.

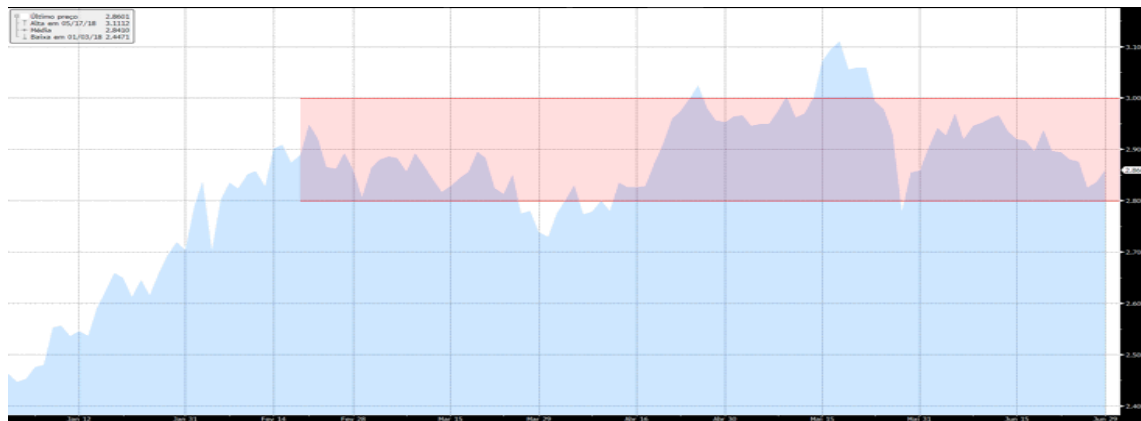
Apesar dos futuros sinais de constrangimento monetário, os mercados acionistas americanos seguem em passo saudável diante de lucros crescentes e da expectativa de aceleração ainda maior desses lucros em função do alívio tributário esperado com a agenda Trump. Merece alerta o ruído recente acerca de possível "guerra comercial" no campo das tarifas, porém mesmo diante de quadro mais cauteloso os mercados seguem em tom positivo puxados pelo setor de tecnologia onde se observam os destaques de lucros e valorização do período. O índice S&P500 fechou o primeiro semestre de 2018 com alta perto de 1%, enquanto o NASDAQ subiu 7,2%.

Ficam dúvidas no ar sobre até que ponto a retórica de Trump poderá gerar consequências práticas no equilíbrio do comércio internacional dado que vários *players* locais já contestam e se posicionam contra a matéria em setores chave da economia americana, sendo os casos mais notórios a rejeição à ideia por parte da indústria automotiva dos EUA e o sinal anedótico da icónica Harley Davidson ameaçando levar a produção de suas motos

para fora do país, refletindo a tensão causada na indústria sobre as preocupações com as contra-retaliações que possam partir de grandes mercados como China e Zona do Euro.

Como já se observou noutros momentos do passado, por conta do exposto acima, acreditamos que as coisas nos EUA tendem a caminhar para a sua normalidade histórica, com juro de 10 anos voltando para uma faixa levemente superior a 3%aa, em movimento compatível com a atual temperatura da economia e Trump a agir de forma mais pragmática e menos “valente” do que indica a temperatura de seus últimos *tweets*.

United States Treasuries 10Y



Fonte: Bloomberg

Europa

No mercado europeu vimos alguns sinais de tensão ao longo do semestre, em parte por conta dos seus próprios problemas, enfrentando um quadro político delicado na Itália em paralelo aos preparativos finais para a conclusão do processo do Brexit o que sempre relembra o risco de possíveis novas divergências dentro do bloco.

Além disso, como era de se esperar a economia segue de forma lenta e desequilibrada com a Alemanha exibindo seus usuais sinais de vigor enquanto outros membros importantes do bloco seguem em passo mais lento. Diante desse quadro, vimos uma modesta queda de 2,5% no EuroStoxx 600 ao longo do semestre, refletindo o passo mais gradual da atividade económica da região em conjunto com as tensões derivadas tanto dos debates sobre guerra comercial, quanto das tensões sobre a harmonização das políticas migratórias do continente.

A discussão sobre guerra comercial cria um natural pano de fundo de alinhamento entre China e Zona do Euro, consolidando a visão de que quanto mais arrojado Trump tentar ser sobre essa agenda mais articulada e organizada será a resposta dos demais blocos, o que nos faz crer que no final prevalecerá um grau razoável de bom senso entre os vários atores desse debate.

Commodities

No campo das *commodities* o primeiro semestre teve como destaque a alta do petróleo, onde se observou uma relevante recuperação de preços com o Brent saindo da faixa de 65 USD para a faixa de 75 USD ao passo que o CRB geral ficou próximo da estabilidade.

Tudo isso ocorreu em simultâneo com variações importantes em várias cadeias relevantes do segmento de *commodities*, tais como minério de ferro, que iniciou o ano em passo firme porém devolveu parte de sua alta ao longo do semestre.

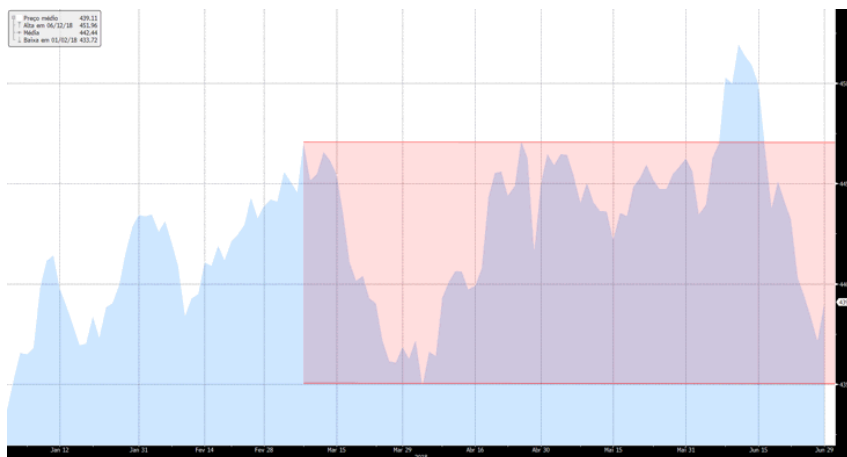
O ambiente para o segmento ficou longe do trivial, combinando-se as próprias variações do setor com um ambiente tenso e imprevisível para moedas em geral diante do quadro de fortalecimento global do dólar. No caso do segmento de *metals & mining*, parte do movimento já refletiu uma economia chinesa ainda bem aquecida, mas já sinalizando um ambiente mais disciplinado na produção de aço através de foco em melhor qualidade de minério combinada com o fecho das plantas menores e mais poluentes, o que tem beneficiado *equities* do setor ao redor do mundo em função de melhora dos *spreads* metálicos combinada com ambiente mais competitivo de custos em função das desvalorizações de suas moedas. Já no caso do petróleo, parte da alta vem embalada pelo ambiente ainda delicado de suprimento em função de tensões geopolíticas importantes em produtores relevantes tais como Irã e Venezuela, mais diretamente atingidos pelas ações e mensagens do Trumpismo.

GENERIC CRUDE OIL BRENT



Fonte: Bloomberg

CRB SPOT INDICES



Fonte: Bloomberg

Ambiente Económico Brasileiro

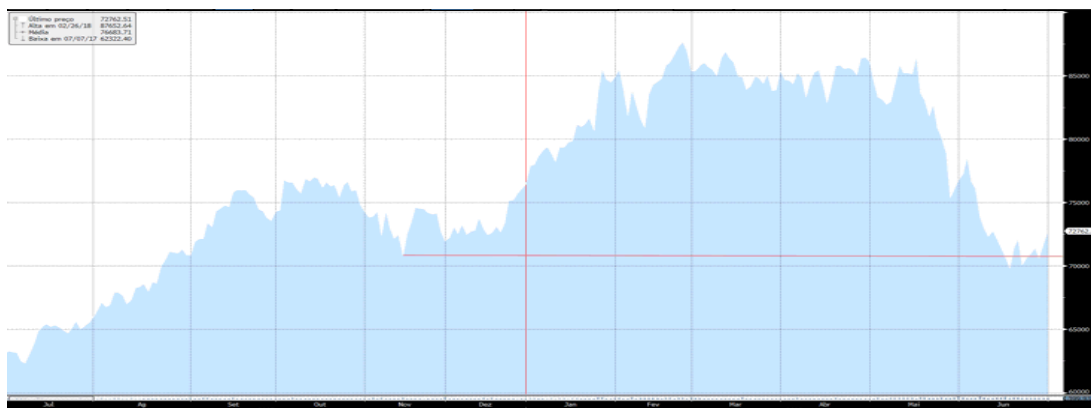
O cenário económico brasileiro foi marcado pela volatilidade ao longo do primeiro semestre de 2018, inicialmente pela frustração com o ritmo de atividade económica, que vinha em trajetória de recuperação gradual, mas foi comprometido pelos efeitos da greve de caminhoneiros ocorrida em maio de 2018, alterando com isso as previsões para o ano – com redução das expectativas de crescimento de PIB da faixa 2/2,5% para a faixa 1/1,5%.

Na sequência da greve o que vimos foi um aumento da tensão em relação ao quadro pré-eleitoral em função de preocupações de que o eventual mau andamento da economia possa comprometer a sustentação das candidaturas de centro direita com viés reformista. Dessa forma toda a alta recente empreendida nos 12 meses anteriores a maio foi devolvida, com o Ibovespa encerrando o semestre em queda de 6%.

Nossa visão é de que o mercado não está considerando sinais importantes vindos do xadrez eleitoral. Pela primeira vez desde o processo de redemocratização em 1985, um candidato de extrema direita lidera as pesquisas no país, o ex capitão do exército e atual deputado federal Jair Bolsonaro, com o seu apontado futuro ministro da economia, o ex-banqueiro e ícone da direita liberal Paulo Guedes, onde entre os vários pontos do contundente discurso reformista trazidos por ambos até aqui, nos damos conta até da eventual possibilidade de privatização de nomes como Petrobras e Banco do Brasil.

Dito isso, a nossa leitura é de que o quadro eleitoral já aponta um claro entrave para direita e para o viés reformista. Independente das chances de vitória do capitão Bolsonaro, diante de sua pouca estrutura partidária e da dificuldade de articulação de alianças com os demais partidos, o fato por si só já denota uma mudança de postura e de procura por parte do eleitorado para o pleito que enfrentará em outubro. Acreditamos que ainda ocorrerão alterações importantes no quadro da disputa e também na composição das alianças, reforçando assim a hipótese de avanço da agenda reformista.

IBOVESPA 12 MESES



Fonte: Bloomberg

2.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO

Conforme o cenário acima descrito, acreditamos que estamos diante de uma ótima oportunidade de alocação e adição de risco no Brasil.

Ao longo do primeiro semestre reformulámos sensivelmente o perfil do portfolio do fundo com vistas a buscar alongamento de *duration* e aumento da exposição a *equities* através de incremento da posição de EWZ. Além disso, no plano mais qualitativo da alocação, aumentámos a exposição ao setor financeiro, privilegiando Bancos

de nicho tais como Banco BMG (líder no segmento de empréstimos consignados através de cartões) e Banco Votorantim (um dos líderes no segmento de financiamento de automóveis). Com isso conseguimos elevar sensivelmente a *yield* consolidada desse ramo da carteira, além de deixar o portfólio desse segmento mais diversificado.

No segmento *corporate* procuramos uma maior concentração em nomes relacionados a *utilities* com a inclusão de companhias como: Cemig e Light, que se juntaram a Sabesp, compondo assim um ramo de menor risco e maior previsibilidade para a carteira, de modo a que se consiga um equilíbrio de portfólio em diferentes teses e temas, mas que apresentem clara assimetria favorável para o eventual desfecho positivo do quadro eleitoral.

Dessa forma entendemos que a com a combinação desses 3 principais ramos, defensivos previsíveis, *financials long duration* e EWZ, estamos preparados para capturar a assimetria positiva de forma bem equilibrada que poderá vir em fases.

Inicialmente com uma percepção de que o ambiente de juro básico baixo no Brasil combinado com elevada capacidade ociosa presente na indústria ainda poderá durar por longos meses, permitindo com isso forte recuperação de resultados das empresas ao longo dos próximos 12/18 meses, revisão gradual das expectativas de PIB para 2019 podendo apontar uma faixa futura mais próxima do patamar de 3% e por fim o desfecho eleitoral de outubro, com a forte possibilidade de avanço da agenda reformista, causando movimentos mais relevantes nos preços de ativos e no apetite para risco Brasil tanto de investidores locais quanto internacionais.

2.3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DO FUNDO

Em 30 de junho de 2018, o montante sob gestão do Fundo ascendia a 12.611.559 USD, sendo o valor da unidade de participação de 111,8623 USD e havendo em circulação 112.741,8076 unidades de participação.

No quadro seguinte apresenta-se a demonstração do património do fundo com referência a 30 de junho de 2018:

Rubrica	Montante
Valores mobiliários	\$11.788.381
SalDOS bancários	\$765.463
Outros Ativos	\$399.240
Total Ativos	\$12.953.084
Passivo	\$341.525
Valor Líquido do Inventário	\$12.611.559

No que se refere às unidades de participação em circulação e seu correspondente valor unitário, de seguida apresenta-se quadro com a sua evolução mensal no ano de 2018:

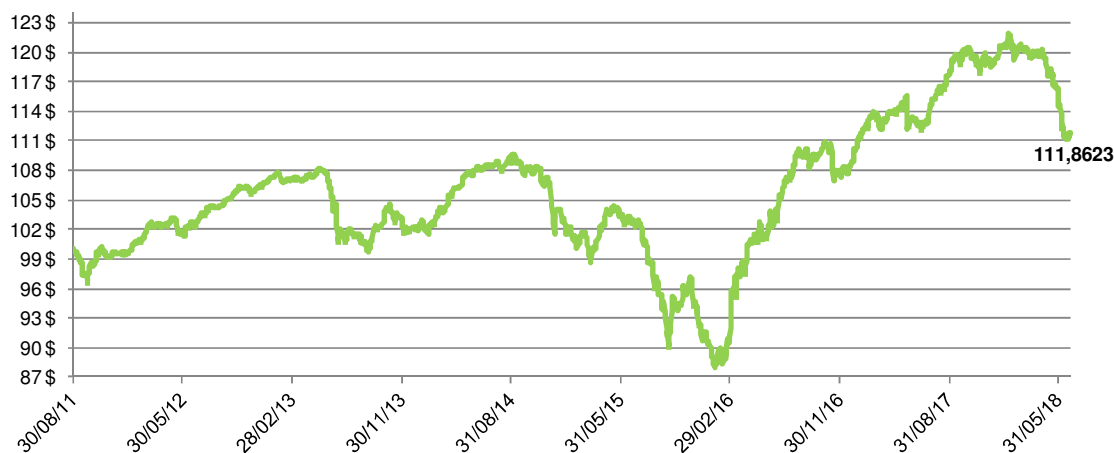
Mês	Valor da UP	Nº de UP's	Montante sob gestão
janeiro	121,6332	101.806,2730	\$12.383.025
fevereiro	120,3621	112.550,3893	\$13.546.804
março	120,0062	112.801,3039	\$13.536.859
abril	119,1235	112.788,8661	\$13.435.805
maio	114,9320	112.788,8661	\$12.963.059
junho	111,8623	112.741,8076	\$12.611.559

* Valores de final de cada mês

O quadro seguinte apresenta a evolução, nos primeiros seis meses do presente ano e nos cinco anos anteriores, do número de unidades de participação em circulação, do valor da unidade de participação e do número de participantes:

	30/06/18	2017	2016	2015	2014	2013
Volume Total sob Gestão	\$12.611.559	\$12.168.687	\$11.087.356	\$9.250.106	\$10.534.918	\$10.626.687
Valor das UP's	\$111,8623	\$119,5278	\$108,9207	\$90,9212	\$104,0834	\$102,1743
Nº de UP's	112.741,8076	101.806,2730	101.792,8500	101.737,5195	101.216,0505	104.005,3807
Nº Participantes	31	15	14	10	10	15

Desde o início do Fundo o valor da unidade de participação teve a evolução que é descrita pelo gráfico seguidamente apresentado:



No período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2018 os custos com comissões de gestão e de depósito ascenderam respetivamente a 64.451 USD e 12.890 USD. Relativamente aos custos e proveitos do Fundo, os mesmos ascenderam ao montante total de 1.176.874 USD e 304.229 USD respetivamente.

O quadro seguinte apresenta a evolução, nos primeiros seis meses do presente ano e nos cinco anos anteriores, do total de proveitos e custos e comissões de gestão e depósito suportadas:

	30/06/18	2017	2016	2015	2014	2013
Proveitos (totais)	\$304.229	\$1.299.065	\$2.042.610	\$535.268	\$948.600	\$729.781
Custos (totais)	\$1.176.874	\$219.209	\$211.360	\$1.873.336	\$740.048	\$1.227.697
Comissão de gestão						
- Fixa	\$64.451	\$117.847	\$104.974	\$100.818	\$110.102	\$108.219
- Variável	\$0	\$0	\$0	\$0	\$0	\$0
Comissão de depósito	\$12.890	\$23.569	\$20.995	\$20.164	\$22.021	\$21.644
Comissões de transacção	\$2.341	\$3.324	\$10.717	\$7.002	\$7.476	\$24.911

2.4. RENDIBILIDADES E RISCO HISTÓRICO

De seguida apresentam-se as medidas históricas de rentabilidade e risco do Fundo:

	últ. 12 meses	2017	2016	2015	2014	2013
Rendibilidade	-0,88%	9,74%	19,80%	-12,65%	1,87%	-4,49%
Risco	3	3	4	4	4	4

A rentabilidade e risco apresentado referem-se a um período de 12 meses.

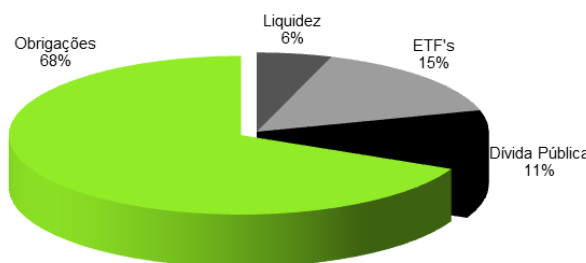
A rentabilidade divulgada representa dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura.

O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo);

As rentabilidades apresentadas não incluem comissões de subscrição e/ou resgate e têm como base os valores das unidades de participação calculados no último dia de cada ano e apenas seriam obtidas se o investimento fosse efetuado durante a totalidade do período de referência;

As rentabilidades históricas apresentadas são calculadas na divisa em que se encontra denominado o Fundo.

2.5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE APLICAÇÕES EM 30 DE JUNHO DE 2018



Principais activos em carteira	%
IShares MSCI Brazil	15,41%
Dívida Pública Brasil 2 5/8 2023 01 05	7,30%
CMIGBZ 9 1/4 12/05/2	4,86%
LIGTBZ 7 1/4 05/03/2	4,54%
BANVOR 8 1/4 PERP	4,41%
Total	36,52%

2.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 30 de junho de 2018 o Fundo não tinha posições em aberto com instrumentos derivados.

2.7. MOVIMENTOS OCORRIDOS NOS ATIVOS DO OICVM

Os movimentos ocorridos nos ativos do Fundo até 30 de junho de 2018 foram os que se seguidamente se discriminam:

Rubrica	Montante
Rendimento do investimento	\$298.068
Custos de gestão	\$64.451
Custos de depósito	\$12.890
Outros encargos, taxas e impostos	\$13.929
Custos de negociação	\$2.341
Aumento ou diminuição da conta de capital	\$1.121.769
Resultado líquido	-\$872.645
Mais ou menos valias de investimento	-\$1.076.999
Alteração que afete os ativos e passivos	-\$102

2.8. PERSPETIVAS PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2018

Acreditamos que veremos ao longo do segundo semestre um importante avanço do mercado acionista brasileiro, que no caso de nossas posições em EWZ poderão ter um efeito turbinado dado que esse quadro deverá ser acompanhado por valorização da moeda (BRL).

O quadro eleitoral, conforme fartamente comentado, parece apontar numa direção positiva apesar da atual descrença do mercado com o avanço da agenda reformista.

No segmento de *financials* já começamos a perceber importantes avanços de resultados influenciados pela melhora de qualidade das carteiras de crédito, após o fim do período recessivo, combinada com um passo levemente mais saudável da atividade económica. Porém, com o desfecho positivo do quadro eleitoral, deveremos ver além da intensificação desses ramos de resultados uma melhora também nos segmentos de *investment banking* através do aquecimento de atividades em mercado de capitais e do possível rebalanceamento de portfólios institucionais a favor de um movimento *risk on*.

Lembrando que a indústria local de fundos caminha para o pleito eleitoral com participação em *equities* perto das mínimas das últimas décadas ao redor de 6% do AUM total (fonte: Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

No tocante aos riscos do produto cabe mencionar a hipótese de um desfecho à esquerda para o quadro eleitoral que seguramente atrasará o andamento da agenda reformista. Em paralelo o eventual movimento de maior relevância para o quadro negativo se dará na moeda, com o Brasil vendo inicialmente uma combinação de *stress* cambial causando revisões compulsórias das projeções de inflação e por conseguinte elevação das taxas

de juro por parte do Banco Central, comprometendo com isso as expectativas de resultados corporativos e de crescimento.

2.9. NOTAS FINAIS

O Prospeto, o IFI (Informações Fundamentais destinadas aos Investidores) bem como o relatório anual e semestral encontram-se à disposição de todos os interessados junto da sede da sociedade gestora ou nos balcões do depositário.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora

Joaquim Maria Magalhães Luiz Gomes
Presidente

Nuno Miguel de Lemos Montes Pinto
Vogal

Pedro Miguel Fernandes e Fernandes
Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*Em 30 de junho de 2018
(montantes expressos em euros)*

EUROBIC BRASIL - FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO

Designação	Quantidade	Preço unitário	Moeda	Juro Decorrido (Dólares dos Estados Unidos)	Valor Total (Dólares dos Estados Unidos)
A - Composição discriminada da carteira de aplicações dos FIM					
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS					
1.3 Mercado de bolsa de Estado-membro da UE					
1.3.1 Títulos de Dívida Pública					
BNDES 5 3/4 09/26/23	500.000	101,33%	USD	7.507	514.132
BRAZIL 2 5/8 1/05/23	1.000.000	90,81%	USD	12.760	920.860
1.3.3 Obrigações diversas					
AEGBZ 5 3/4 10/10/2	250.000	92,14%	USD	3.194	233.534
ALLLBZ 5 7/8 01/18/2	500.000	91,48%	USD	13.219	470.609
BABC 7,875% 04/08/20	400.000	104,35%	USD	7.175	424.559
BANBRA 6 1/4 10/29/4	250.000	77,69%	USD	3.255	197.468
BANBRA 9 06/29/49	400.000	95,85%	USD	1.200	384.588
BANVOR 8 1/4 PERP	600.000	92,14%	USD	3.163	556.015
BCOBMG 8 7/8 08/05/2	400.000	99,42%	USD	14.299	411.959
BRDES 5,75% 3/1/22	250.000	101,40%	USD	4.752	258.249
BRDES 6 3/4 09/29/1	200.000	103,34%	USD	3.413	210.095
BRFSBZ 4.35 09/29/26	250.000	82,90%	USD	2.749	209.986
CMIGBZ 9 1/4 12/05/2	600.000	101,47%	USD	3.854	612.674
CSANBZ 5 03/14/23	500.000	95,25%	USD	7.361	483.626
DAYCOV 5 3/4 03/19/1	450.000	100,58%	USD	7.259	459.879
ELEBR 5,75% 10/27/21	250.000	97,52%	USD	2.516	246.313
GERDAU 4,75% 4/15/23	250.000	97,16%	USD	2.474	245.369
ITAU 5,65% 03/19/22	250.000	101,00%	USD	3.963	256.473
ITAU 6 1/2 PERP	300.000	94,61%	USD	5.472	289.299
JUSILO 7 3/4 07/26/2	500.000	90,14%	USD	16.576	467.261
LIGTBZ 7 1/4 05/03/2	600.000	94,27%	USD	7.008	572.622
PETBRA 5.299 01/27/2	250.000	92,48%	USD	5.630	236.837
PETBRA 5.99 01/27/28	291.000	90,49%	USD	7.419	270.739
SABES 6,25% 12/16/20	200.000	100,64%	USD	486	201.764
SUZANO 5 3/4 07/14/2	250.000	100,77%	USD	6.628	258.558
1.5 Mercados regulamentados de Estado não membro da UE					
1.5.3 Obrigações diversas					
BEEFBZ 6 1/2 9/20/26	200.000	91,37%	USD	3.611	186.359
FIBRBZ 4 01/14/25	250.000	92,18%	USD	4.611	235.066
NATURA 5 3/8 02/01/2	200.000	95,91%	USD	4.449	196.267
1.5.10 Outros instrumentos financeiros					
IShares MSCI Brazil	60.631	32,05	USD	0	1.943.224
7. LIQUIDEZ					
7.1 À vista					
7.1.2 Depósitos à ordem					
BIC 0%			USD	0	762.256
BIC 0%			EUR	0	3.207
9. OUTROS VALORES A REGULARIZAR					
9.2 Valores passivos					
Valores passivos	-53.141		USD		-53.141
Valores passivos	-6.209		EUR		-7.239
Valores passivos	-47.909		EUR		-47.909
B - Valor Líquido Global do Fundo:					12.611.559
D - Número de Unidades de Participação em Circulação:					112.741,8076

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

ATIVO							CAPITAL E PASSIVO						
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2018				2017	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2018	2017	
			Ativo bruto	Mais-valias	Menos-valias	Ativo líquido	Ativo líquido						
21	CARTEIRA DE TÍTULOS	3						61	CAPITAL DO FUNDO	1			
	Obrigações		10.100.426	94.787	(350.056)	9.845.157	8.838.954		Unidades de participação		11.274.181	10.180.627	
23	Outros títulos de capital		2.033.765	-	(90.541)	1.943.224	1.356.417	62	Variações patrimoniais		227.214	5.251	
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	3	12.134.191	94.787	(440.597)	11.788.381	10.195.371	64	Resultados transitados	1	1.982.809	902.953	
								66	Resultado líquido do período	1	(872.645)	400.959	
	DEVEDORES								TOTAL DO CAPITAL DO FUNDO		12.611.559	11.489.790	
41	Outras contas de devedores	18	233.237			233.237	-						
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER		233.237	-	-	233.237	-						
	DISPONIBILIDADES							423	TERCEIROS	19	46.272	7.977	
12	Depósitos à ordem	3	765.463			765.463	1.189.629	424+...+429	Outras contas de credores	19	282.749	1.474	
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES		765.463	-	-	765.463	1.189.629		TOTAL DOS VALORES A PAGAR		329.021	9.451	
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	20			
51	Acréscimos de proventos	17	139.340			139.340	112.656	55	Acréscimos de custos		12.504	11.339	
52	Despesas com custo diferido	17	26.663			26.663	12.924		TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS		12.504	11.339	
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS		166.003	-	-	166.003	125.580		TOTAL DO PASSIVO		341.525	20.790	
	TOTAL DO ATIVO		13.065.657	94.787	(440.597)	12.953.084	11.510.580		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO		12.953.084	11.510.580	
Número total de unidades de participação em circulação			1	112.741,8076			101.806,2730	Valor unitário da unidade de participação			1	111,8623	112,8593

O Anexo faz parte integrante do balanço em 30 de junho de 2018.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2018	2017	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2018	2017
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
	Comissões e taxas					Juros e proveitos equiparados			
722+723	Da carteira de títulos e outros ativos		2.341	1.879	812+813	Da carteira de títulos e outros ativos		270.602	253.199
724+...+728	Outras, de operações correntes	15	83.814	78.225	811+814+817+818	Outros, de operações correntes		-	-
	Perdas em operações financeiras					Rendimentos de títulos e outros ativos			
732+733	Na carteira de títulos e outros ativos		1.082.290	47.059	822+...+824/5	Da carteira de títulos e outros ativos		27.466	10.995
731+738	Outras, de operações correntes		837	128		Ganhos em operações financeiras			
739	Em operações extrapatrimentais		33	23	832+833	Na carteira de títulos e outros ativos		5.577	268.654
	Impostos				831+838	Outros, em operações correntes		566	177
7411+7421	Impostos sobre o rendimento	9	4.120	1.649	839	De operações extrapatrimentais		18	-
7412+7422	Impostos indiretos	9	3.337	3.010	87	Outros proveitos e ganhos correntes		-	15
77	Outros custos e perdas correntes		102	108					
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		1.176.874	132.081		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)		304.229	533.040
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)		-	400.959	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		872.645	-
	TOTAL		1.176.874	533.040		TOTAL		1.176.874	533.040
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da carteira de títulos		(780.986)	483.910	D-C	Resultados eventuais		-	-
8x9-7x9	Resultados das operações extrapatrimentais		(15)	(23)	B+D-A-C+74	Resultados antes de imposto sobre o rendimento		(865.188)	405.618
B-A	Resultados correntes		(872.645)	400.959	B+D-A-C+7411/8+7421/8	Resultado líquido do período		(872.645)	400.959

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

	2018	2017
<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</u>		
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	1.322.388	3.000
Pagamentos		
Resgates de unidades de participação	(6.871)	(1.525)
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	1.315.517	1.475
<u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS</u>		
Recebimentos:		
Venda de títulos	2.358.516	1.897.114
Reembolso de títulos e outros ativos	400.000	250.000
Rendimento de títulos e outros ativos	28.791	10.995
Juros e proveitos similares recebidos	267.985	250.442
Pagamentos:		
Compra de títulos	(4.486.344)	(2.567.053)
Comissões de corretagem	(1.169)	(1.246)
Outras taxas e comissões	(1.172)	(633)
Outros pagamentos relacionados com a carteira	(23.176)	(4.596)
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	(1.456.569)	(164.977)
<u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u>		
Recebimentos		
Operações cambiais	584	177
Pagamentos		
Operações cambiais	(870)	(151)
Fluxo das operações a prazo e de divisas	(286)	26
<u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>		
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(30.468)	(57.070)
Comissão de depósito	(6.094)	(11.414)
Impostos e taxas	(8.968)	(6.142)
Outros pagamentos correntes	(6.636)	(6.335)
Fluxo das operações de gestão corrente	(52.166)	(80.961)
Disponibilidades no início do período	958.967	1.434.066
Saldo dos fluxos de caixa do período	(193.504)	(244.437)
Disponibilidades no fim do período	765.463	1.189.629

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

INTRODUÇÃO

A constituição do “EuroBIC Brasil - Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto” (adiante igualmente designado por “Fundo”), foi autorizada por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de 4 de agosto de 2011, tendo iniciado a sua atividade em 30 de agosto de 2011.

É um Fundo, constituído por tempo indeterminado, e tem como principal objetivo proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira de ativos do mercado brasileiro, de rendimento fixo e variável, com predominância para os ativos de rendimento fixo. Os principais ativos serão obrigações e títulos de dívida de empresas brasileiras e do Tesouro Nacional Brasileiro, podendo, contudo haver um investimento até 30% do valor líquido global do Fundo em ações ou valores mobiliários similares. Poderão ser realizados investimentos no mercado brasileiro ou fora do mercado brasileiro, mas com exposição ao mesmo, através de obrigações, *American depositary receipts* (ADRs) e *Exchange-trade funds* (ETFs). Apesar da moeda de referência do Fundo ser o dólar dos Estados Unidos, os ativos podem ser adquiridos nessa moeda, em reais ou em euros.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Dunas Capital - Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de Banco depositário são exercidas pelo Banco BIC Português, S.A. (EuroBIC).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam. O valor da unidade de participação para efeitos de constituição do Fundo foi de cem dólares dos Estados Unidos.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição e de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado na avaliação semanal do Fundo imediatamente seguinte ao dia do pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

EUROBIC BRASIL
FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO MOBILIÁRIO ABERTO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 foi o seguinte:

	Valor base	Diferença para o valor base	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Número de unidades de participação	Valor unitário da unidade de participação
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.180.627	5.251	902.953	1.079.856	12.168.687	101.806,2730	119,5278
Subscrições	1.099.503	222.885	-	-	1.322.388	10.995,0309	120,2714
Resgates	(5.949)	(922)	-	-	(6.871)	(59,4963)	115,4861
Transferências	-	-	1.079.856	(1.079.856)	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	(872.645)	(872.645)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2018	11.274.181	227.214	1.982.809	(872.645)	12.611.559	112.741,8076	111,8623

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada mês do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, foram os seguintes:

Meses	Valor líquido global do Fundo	Valor da unidade de participação	Número de unidades de participação em circulação
janeiro	12.383.025	121,6332	101.806,2730
fevereiro	13.546.804	120,3621	112.550,3893
março	13.536.859	120,0062	112.801,3039
abril	13.435.805	119,1235	112.788,8661
maio	12.963.059	114,9320	112.788,8661
junho	12.611.559	111,8623	112.741,8076

Em 30 de junho de 2018, o número de participantes em função do valor líquido global do Fundo apresentava o seguinte detalhe:

Superior a 25%	2
Entre 10% e 25%	1
Até 1%	28
Total de participantes	31

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

O detalhe da carteira de títulos em 30 de junho de 2018 é apresentado no Anexo I.

O movimento ocorrido na rubrica de disponibilidades durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 foi o seguinte:

	Depósitos à ordem
Saldos em 31 de dezembro de 2017	958.967
. Aumentos	-
. Reduções	(193.504)
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>765.463</u>

Em 30 de junho de 2018, os depósitos à ordem estavam domiciliados junto do EuroBIC e eram essencialmente denominados em dólares dos Estados Unidos.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros corridos relativos a títulos adquiridos são registados na rubrica “Despesas com custo diferido” (Nota 17), atendendo a que a periodificação dos juros a receber é efetuada apenas a partir da data de aquisição dos respetivos títulos.

b) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

c) Rendimento de títulos

A rubrica de rendimento de títulos e outros ativos corresponde a dividendos, os quais são registados na demonstração dos resultados do período em que são recebidos ou quando o emitente procede à sua divulgação.

d) Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas, na data de transação, pelo seu valor efetivo de aquisição.

Os valores mobiliários em carteira são avaliados ao seu valor de mercado ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:

- i) Os valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados são valorizados com base na última cotação disponível no momento de referência. Caso não exista cotação nesse dia, utiliza-se a última cotação de fecho disponível, desde que a mesma se tenha verificado nos últimos quinze dias;
- ii) Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base em ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, ao valor de ofertas de compra "BID" difundidas através de sistemas internacionais de informação de cotações, tais como, a Bloomberg. Alternativamente, a cotação pode ser obtida através de modelos teóricos de avaliação de obrigações; e
- iii) Os outros valores representativos de dívida de curto prazo, na falta de preços de mercado, são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

As mais e menos-valias apuradas de acordo com os critérios de valorização descritos anteriormente são reconhecidas na demonstração dos resultados do período nas rubricas de "Ganhos/Perdas em operações financeiras – na carteira de títulos e outros ativos", por contrapartida das rubricas "Mais-valias" e "Menos-valias" do ativo.

Para efeitos de determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

e) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado semanalmente, no segundo dia útil de cada semana dividindo o valor líquido do património do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. Para efeitos exclusivos de obtenção de um valor da unidade de participação no final de cada semestre, é calculado um valor da unidade de participação no último dia de cada semestre, sendo que tal valor não tem qualquer relevância para efeitos de subscrições e resgates do Fundo, exceto caso essa data coincida com o segundo dia útil de cada semana.

O capital do Fundo corresponde ao somatório das rubricas unidades de participação, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do período.

A rubrica "Variações patrimoniais" resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

f) Comissão de gestão

A comissão de gestão corresponde à remuneração da sociedade responsável pela gestão do património do Fundo. De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, esta comissão apresenta uma componente fixa calculada diariamente, por aplicação de uma taxa anual de 1,00% sobre o valor global do Fundo, sendo a sua liquidação efetuada trimestralmente, e uma componente variável de 20% a incidir sobre a valorização positiva do Fundo face ao *benchmark*. Esta comissão é devida quando a rentabilidade do Fundo exceda na data do seu aniversário, a US Dollar Libor 6 Meses + 3,00% em cada ano após a constituição do Fundo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

Caso a rentabilidade não seja atingida num determinado período, não havendo direito à cobrança da comissão de performance, no período seguinte esta será apurada relativamente ao objetivo traçado, acrescentando-lhe ainda a obrigatoriedade de recuperar a diferença para o objetivo não alcançado no período anterior e assim sucessivamente.

Em 30 de junho de 2018, a rentabilidade acumulada do Fundo era inferior à do *benchmark* pelo que não foi calculada comissão de *performance*.

A comissão de gestão é registada na rubrica “Comissões e taxas – Outras, de operações correntes” da demonstração dos resultados, por contrapartida da rubrica “Comissões a pagar” do balanço.

g) Comissão de depósito

A comissão de depósito corresponde à remuneração do banco depositário. De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, esta comissão é calculada semanalmente e no último dia de cada semestre, por aplicação de uma taxa anual de 0,20% sobre o valor global do Fundo, sendo a sua liquidação efetuada trimestralmente.

A comissão de depósito é registada na rubrica “Comissões e taxas – Outras, de operações correntes” da demonstração dos resultados, por contrapartida da rubrica “Comissões a pagar” do balanço.

h) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo, sendo calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor global do Fundo no final de cada mês e registada na rubrica “Comissões e taxas”. A taxa mensal aplicável ao Fundo é de 0,0026%, com um limite mensal mínimo e máximo de 200 euros e 20.000 euros, respetivamente.

Sobre a taxa de supervisão, acresce a majoração, ao abrigo da Portaria n.º 342-A/2016, de 29 de dezembro, e do artigo 35.º dos Estatutos da Autoridade da Concorrência, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto.

i) Operações em moeda estrangeira

Os ativos não denominados em dólares dos Estados Unidos são convertidos para dólares dos Estados Unidos com base no câmbio indicativo para as operações à vista (“*fixing*”), divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial são registados como proveitos e custos do período, respetivamente.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo, incluindo dos fundos de investimento mobiliário (Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

Os fundos de investimento mobiliário são sujeitos à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido, expurgado, contudo, dos rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, com exclusão dos provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

Este regime apresenta uma taxa de 0,0125%, por trimestre, em sede de Imposto do Selo, incidente sobre o valor líquido global dos organismos de investimento coletivo que não invistam exclusivamente em instrumentos do mercado monetário e depósitos (taxa de 0,0025% nos organismos que invistam exclusivamente nestes produtos financeiros).

Em 30 de junho de 2018 a rubrica da demonstração dos resultados “Impostos” apresentava a seguinte composição:

Impostos sobre o rendimento - Impostos pagos no estrangeiro:	
. Dividendos	4.120
Impostos indiretos pagos em Portugal - Imposto do Selo	3.337
	7.457

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de junho de 2018, o Fundo detinha depósitos à ordem no montante de 3.207 dólares dos Estados Unidos expressos em euros.

Nesta data, não existem operações de cobertura de risco cambial em aberto.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2018, os prazos residuais até à data de vencimento dos ativos com taxa de juro fixa apresentavam a seguinte composição (inclui juros corridos):

Maturidade	Valor da carteira
Até 1 ano	1.645.087
De 1 a 3 anos	2.982.013
De 3 a 5 anos	2.787.398
De 5 a 7 anos	2.394.899
Superior a 7 anos	201.763
Total	10.011.160

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

15. ENCARGOS IMPUTADOS

Os encargos imputados ao Fundo no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, apresentam o seguinte detalhe:

Encargos	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de gestão fixa	64.451	1,00%
Comissão de depósito	12.890	0,20%
Taxa de supervisão	2.276	0,04%
Custos de auditoria	4.197	0,06%
Total	<u>83.814</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	12.974.337	
Taxa de encargos correntes (TEC)	0,65%	

⁽¹⁾ Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência

As taxas acima apresentadas encontram-se anualizadas.

Nos termos do Regulamento da CMVM n.º 2/2015, de 12 de junho, a taxa de encargos correntes consiste no quociente entre a soma da comissão de gestão fixa, a comissão de depósito, a taxa de supervisão, os custos de auditoria e os outros custos correntes, num dado período, e o valor médio líquido global do Fundo nesse mesmo período. Adicionalmente, o cálculo da taxa de encargos correntes de um Fundo que estime investir mais de 30% do seu valor líquido global noutros fundos, inclui as taxas de encargos correntes dos fundos em que invista. Por outro lado, a taxa de encargos correntes não inclui os seguintes encargos: (i) componente variável da comissão de gestão; (ii) custos de transação não associados à aquisição, resgate ou transferência de unidades de participação; (iii) juros suportados; e (iv) custos relacionados com a detenção de instrumentos financeiros derivados.

17. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - ATIVO

Em 30 de junho de 2018, estas rubricas têm a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:	
. Juros da carteira de títulos (Nota 3)	<u>139.340</u>
Despesas com custo diferido:	
. Juros da carteira de títulos (Nota 3)	<u>26.663</u>
	<u>166.003</u>

18. OUTRAS CONTAS DE DEVEDORES

O saldo desta rubrica refere-se ao montante a receber resultante da venda de títulos no final de junho de 2018 e cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias de julho de 2018.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

19. TERCEIROS - PASSIVO

Em 30 de junho de 2018, estas rubricas têm a seguinte composição:

Comissões e taxas a pagar:	
. Comissão de gestão	33.864
. Comissão de depósito	6.773
. Custos de auditoria	4.301
. Taxa de supervisão	1.334
	<u>46.272</u>
 Outras contas de credores por compra de títulos	 281.145
Estado e outros entes públicos - Imposto do Selo	1.604
	<u>282.749</u>
	<u>329.021</u>

O saldo da rubrica "Credores por compra de títulos" refere-se ao montante a liquidar resultante da compra de títulos no final de junho de 2018 e cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias de julho de 2018.

20. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

Em 30 de junho de 2018, o saldo desta rubrica refere-se às comissões de gestão fixa e de depósito do mês de junho de 2018, nos montantes de 10.420 dólares e 2.084 dólares, respetivamente.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em conformidade com o artigo 161º da Lei 16/2015, de 24 de fevereiro, apresentamos abaixo os erros de valorização ocorridos no 1º semestre de 2018:

<u>Data do erro</u>	<u>Descrição do erro</u>	<u>Montantes pagos ao Fundo</u>	<u>Montantes pagos aos participantes</u>
02-05-2018	Alteração da data de vencimento de obrigações	-	-

EUROBIC BRASIL
FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO MOBILIÁRIO ABERTO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

ANEXO I

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

	Custo de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor de mercado	Juro corrido (Nota 17)	Valor de balanço
Valores Mobiliários Cotados						
Mercado de Bolsa de Estados Membros UE						
Títulos de dívida pública:						
BRAZIL 2 5/8 01/05/23	866.625	41.475	-	908.100	12.760	920.860
BNDES 5 3/4 09/26/23	482.500	24.125	-	506.625	7.507	514.132
	<u>1.349.125</u>	<u>65.600</u>	<u>-</u>	<u>1.414.725</u>	<u>20.267</u>	<u>1.434.992</u>
Obrigações diversas:						
CSANBZ 5 03/14/23	464.375	11.890	-	476.265	7.361	483.626
ALLLBZ 5 7/8 01/18/25	494.750	-	(37.360)	457.390	13.219	470.609
JUSILO 7 3/4 07/26/24	498.218	-	(47.533)	450.685	16.576	467.261
PETBRA 5.999 01/27/28	272.792	-	(9.472)	263.320	7.419	270.739
SUZANO 5 3/4 07/14/26	269.875	-	(17.945)	251.930	6.628	258.558
PETBRA 5.299 01/27/25	250.250	-	(19.043)	231.207	5.630	236.837
AEGBZ 5 3/4 10/10/24	256.000	-	(25.660)	230.340	3.194	233.534
BEEFBZ 6 1/2 09/20/26	198.600	-	(15.852)	182.748	3.611	186.359
	<u>2.704.860</u>	<u>11.890</u>	<u>(172.865)</u>	<u>2.543.885</u>	<u>63.638</u>	<u>2.607.523</u>
Mercado de Bolsa de Estados Não Membros UE						
Obrigações diversas:						
CMIGBZ 9 1/4 12/05/24	632.960	-	(24.140)	608.820	3.854	612.674
LIGTBZ 7 1/4 05/03/23	578.900	-	(13.286)	565.614	7.008	572.622
BANVOR 8 1/4 PERP	568.000	-	(15.148)	552.852	3.163	556.015
DAYCOV 5 3/4 03/19/19	451.488	1.132	-	452.620	7.259	459.879
BABC 7,875% 04/08/20	424.480	-	(7.096)	417.384	7.175	424.559
BCOBMG 8 7/8 08/05/2	411.700	-	(14.040)	397.660	14.299	411.959
BANBRA 9 06/29/49	389.400	-	(6.012)	383.388	1.200	384.588
ITAU 6 1/2 PERP	279.375	4.452	-	283.827	5.472	289.299
Brades 5,75% 3/1/22	257.125	-	(3.628)	253.497	4.752	258.249
ITAU 5,65% 03/19/22	250.075	2.435	-	252.510	3.963	256.473
ELEBRAS 5,75% 10/27/21	256.500	-	(12.703)	243.797	2.516	246.313
GERDAU 4,75% 4/15/23	249.250	-	(6.355)	242.895	2.474	245.369
FIBRBZ 4 01/14/25	248.375	-	(17.920)	230.455	4.611	235.066
BRADES 6 3/4 09/29/1	216.500	-	(9.818)	206.682	3.413	210.095
BRFSBZ 4.35 09/29/26	227.500	-	(20.263)	207.237	2.749	209.986
SABES 6,25% 12/16/20	192.000	9.278	-	201.278	486	201.764
BANBRA 6 1/4 10/29/4	215.313	-	(21.100)	194.213	3.255	197.468
NATURA 5 3/8 02/01/23	197.500	-	(5.682)	191.818	4.449	196.267
	<u>6.046.441</u>	<u>17.297</u>	<u>(177.191)</u>	<u>5.886.547</u>	<u>82.098</u>	<u>5.968.645</u>
Outros valores mobiliários:						
IShares MSCI Brazil	2.033.765	-	(90.541)	1.943.224	-	1.943.224
	<u>12.134.191</u>	<u>94.787</u>	<u>(440.597)</u>	<u>11.788.381</u>	<u>166.003</u>	<u>11.954.384</u>

**EUROBIC - BRASIL FUNDO DE
INVESTIMENTO ALTERNATIVO
MOBILIÁRIO ABERTO**

**Demonstrações Financeiras em
30 de junho de 2018 acompanhadas
do Relatório de Auditoria**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em Dólares dos Estados Unidos)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do EuroBIC - Brasil Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto ("Fundo" ou "OIC"), gerido pela Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Sociedade Gestora), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2018 (que evidencia um total de 12.953.084 dólares dos Estados Unidos e um total do capital do Fundo de 12.611.559 dólares dos Estados Unidos, incluindo um resultado líquido negativo de 872.645 dólares dos Estados Unidos), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do EuroBIC - Brasil Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto, gerido pela Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. em 30 de junho de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Valorização das obrigações (Notas 3 e 4 d))

<p>O Fundo valoriza os valores mobiliários em carteira ao seu valor de mercado, ou presumível valor de mercado de acordo com as regras descritas na Nota 4 d) do Anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>A valorização das obrigações em carteira, devido à natureza ilíquida de alguns destes investimentos, requer a aplicação de julgamento do órgão de gestão da Sociedade Gestora, nomeadamente na definição das fontes de valorização a considerar. Tendo em conta este aspeto e que o investimento em obrigações representa cerca de 76% do total do ativo líquido, a valorização destes ativos foi considerada como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Analisámos os procedimentos de controlo interno relevantes implementados pela Sociedade Gestora relativos à valorização das obrigações.</p> <p>Analisámos a razoabilidade das cotações utilizadas pela Sociedade Gestora para a valorização das obrigações em carteira em 30 de junho de 2018. Esta análise incluiu o teste às cotações consideradas pela Sociedade Gestora e a sua comparação com outros preços publicados na <i>Bloomberg</i> por outros contribuidores.</p>
--	---

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

PA

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório em que conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é garante que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se puder razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito pelo controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, sobre o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 10 de agosto de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC